

POLÍTICA, FETICHE E MOBILIDADE ESPACIAL – NOTAS

Jackson Vital Souto

Docente da Rede Básica de Ensino, doutorando em Geografia no PPGG- Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba-UEPB
javisolto@gmail.com

RESUMO: Temos clareza de que o debate das centralidades da política e do trabalho na geografia das mobilidades não é comum embora necessário e que a proposta de relacionar os domínios do trabalho ao da educação não passa de momento de apresentação, portanto despretensioso. Não vamos esgotar o assunto primeiro pelo formato do texto segundo por se tratar de aproximação inicial, ou seja, de revisão e apanhado teórico dos temas. No entanto nosso projeto de tese de doutorado em andamento tem como objetivo entender os rebatimentos das mudanças nas formas e relações de trabalho sobre a formação mais ampla e na produção de consciências. Para tal pretendemos investigar trabalhadores desempregados na educação de jovens e adultos - EJA, na mesorregião do Sertão do Estado da Paraíba, em especial nos territórios de migração. Pretendemos ainda, pela mediação da noção de fetiche, articular nexos categoriais das possíveis relações entre educação e trabalho. Por se tratar de primeiras aproximações nossa preocupação se concentrou em fazer uma revisão teórica e metodológica dos temas, identificar categorias e conceitos chaves para posteriormente construir as mediações. O fenômeno da migração, do desemprego estrutural e do fechamento de escolas rurais/ baixa escolarização e a expansão institucionalizada da mobilidade socioespacial das forças de trabalho coloca na ordem do dia contradições no processo de organização e lutas de classes sociais, projetos e ações sociais em disputa nos territórios isso para não entrar nas questões teóricas e metodológicas de fundo, tais como a centralidade do trabalho e da política.

Palavras-chave: Trabalho. Educação. Mobilidade.

POLICY, FETISH AND SPACE MOBILITY - NOTES

ABSTRACT: We are clear that the debate on the centralities of politics and work in the geography of mobility is not common but necessary, and that the proposal to relate the domains

of work to education is merely an unpretentious presentation. We will not exhaust the subject first by the format of the second text because it is an initial approximation, that is, revision and theoretical background of the themes. However, our ongoing doctoral thesis project aims to understand the rebounds of changes in working forms and relationships over broader training and the production of consciousness. To this end we intend to investigate unemployed workers in youth and adult education - EJA, in the mesoregion of the Sertão State of Paraíba, especially in the migration territories. We also intend, through the mediation of the notion of fetish, to articulate categorical nexus of the possible relations between education and work. As these are the first approaches, our concern was to make a theoretical and methodological review of the themes, identify key categories and concepts to later build the mediations. The phenomenon of migration, structural unemployment and the closure of rural schools / low schooling and the institutionalized expansion of socio-spatial mobility of labor forces puts on the agenda contradictions in the process of organization and struggles of social classes, projects and social actions in dispute. in territories this not to get into the theoretical and methodological issues of substance, such as the centrality of work and politics.

Keywords: Work. Education. Mobility.

1.INTRODUÇÃO

Nosso estudo teórico apresenta os rebatimentos sociais que a centralidade da política reproduz na conformação das classes trabalhadoras especialmente no domínio de relações entre os mundos do trabalho e a formação humana. Nosso objetivo persegue compreender a natureza e função social da noção de fetiche para além da mercadoria, mas enquanto mediação presente nas relações sociais que estão a forjar diferentes espaços cotidianos na vida e trabalho humanos. Assim a institucionalização de territórios de migração na mesorregião do Sertão da Paraíba, Nordeste do Brasil não expressa apenas o controle do capital sobre o trabalho ao mobilizar socioespacial frações da classe trabalhadora e reflete a necessidade da inversão da realidade ao naturalizar o fenômeno da migração, como garantia da reprodução e ordenamento sociais.

Por não se tratar de achados nem tampouco de resultados este artigo pretende tão somente a apresentação teórica dos fenômenos observados apoiados em revisão bibliográfica, apontamentos de pesquisa de mestrado realizado no município de Santana dos Garrotes, Estado da Paraíba, Brasil e observação de campo inicial. O desafio que assumimos é para além da descrição construir mediações qualificadas para dar conta do diálogo multiescalar presente em diferentes geografias (escolar e acadêmica) e dessa com outras ciências sociais como a história.

É preciso lembrar que não há espaço sem homens e mulheres, não há humanidade sem natureza, sem “chão ecológico” e que os diversos domínios da realidade estão em interação constante, tendendo socialmente ao conflito. Que a atual quadratura e dinâmica histórica das necessidades e liberdades humanas ao entrar em crise projetam disputas, conflitos, limites e possibilidades sociais do/no território. Dessa forma o método como uma visão de mundo com implicações espaciais práticas como nos recorda Candido (2017) e Gregory (1996). Passemos ao breve apanhado teórico.

2. MARCO TEÓRICO

Historicamente a dinâmica de classes estabeleceu formações sociais pautadas em estruturas econômicas e relações espaciais desiguais, contraditórias por natureza. Relações de dominação, subordinação, opressão e de cooperação se apresenta em diversas escalas: frações de classes, territórios, nações, regiões e mundial. No entanto a produção da relação social capitalⁱ presume seu contrário, sua negação, a (re) produção de lutas de classe e conflitos sociais do trabalho. No entanto a (re) produção social do trabalho na região do Sertão do Nordeste do Brasil desenvolveu-se historicamente sobre especificidades dentre elas as múltiplas formas e dinâmicas migratórias como observa os autores:

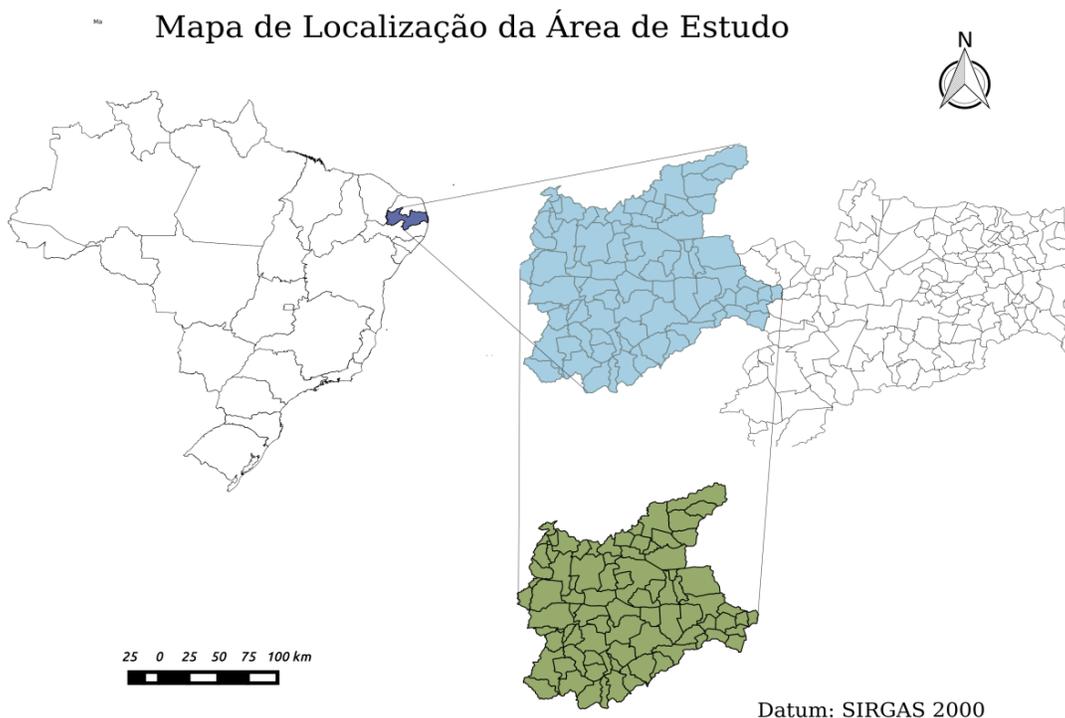
O Estado do Maranhão perdeu importância como absorvedor de migrantes, [...]. Essas mudanças afetaram o volume de migração intrarregional no Nordeste, havendo, no período entre 1950 e 1970, crescimento da migração interregional. Nesse período 5,7 milhões de pessoas deixaram a área rural do Nordeste (Moura, 1980, p.1044). Apesar da importância crescente das migrações interregionais em direção ao Sudeste, os fluxos migratórios rurais-urbanos intrarregionais continuaram sendo o tipo mais expressivo na região Nordeste na década de 1960. *No entanto, os Estados da Paraíba e Bahia foram exceção a essa regra, apresentando migração para fora da região Nordeste mais significativa do que dentro da própria região*ⁱⁱ (MENEZES ;SATURNINO, 2007, p. 233).

Diante da complexa e trágica trama histórica que assumiu a dinâmica migratória, sua origem, natureza e função social as tensões entre partir e ficar, tendências e contratendências da mobilidade espacial da força de trabalho e do capital, é que o período histórico reconhecido por

“milagre brasileiro” reproduziu a saída de parte importante da força de trabalho do campo para as cidades. Não por coincidência o Estado brasileiro via Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, afirma que a partir de 1970 e com mais intensidade nos anos 80 ocorre o êxodo rural e a expulsão com expropriação camponesa das terras de trabalho para as cidades.

Na esteira dos estudos migratórios, apesar da realidade brasileira apontar a posição do Brasil periférica e dependente, autores pós-estruturalistas hegemonizaram as temáticas chamando atenção para mudanças na vida dos trabalhadores do campo com o avanço do capitalismo com centralidade da urbanização e seus efeitos especialmente em Singer (1975), Candido (2017), Lefebvre (2008) e Oliven (1987). É unânime entre estes teóricos da urbanização que processos de integração/ incorporação camponês e dos trabalhadores rurais à economia capitalista no espaço urbano absorveu padrões culturais definidos nas cidades assim como a proletarianização aprofundou contradições ideológicas, de gênero e de divisão do trabalho desigualmente no espaço.

Neste sentido a subordinação entre diferentes espaços e regiões o espaço agrário do Sertão do Nordeste historicamente assume a função de repositório necessário de força de trabalho e riquezas naturais que de forma subordinada e dominada, participa da produção econômica e social do Brasil e na escala mundial. O mapa abaixo está a localizar nossa área de estudo, mesorregião do Sertão paraibano, Nordeste do Brasil.



Fonte: <http://geoserver.aesa.pb.gov.br/>

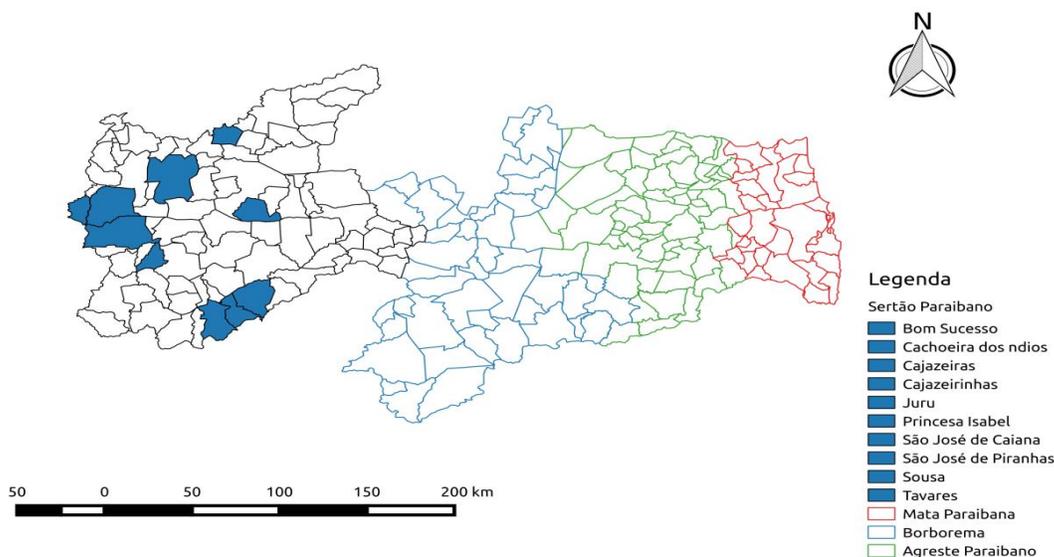
Autora: Danielly C. S. C. Holmes

Ao contexto de inserção sócioespacial e econômica subordinada e desigual da região Nordeste frente a outras regiões, e dentro do Estado da Paraíba o Sertão e o Agreste subordinam-se ao Litoral, soma-se a especificidade do quadro natural distinto de clima semiárido caracterizado por irregularidades pluviométricas, alto índice de acidez e salinidade nos solos.

O perfil sociodemográfico do trabalhador migrante são jovens, homens e mulheres em idade produtiva, bem nutridos e de preferência socializados na agricultura camponesa o que garante habilidade necessária, utilidade e docilidade daqueles que migram. Municípios e cidades polos como Souza, Cajazeiras e Princesa Isabel são espaços de organização dos trabalhadores que tem nos Sindicatos de Trabalhadores Rurais- STR, a certeza da exploração anual da força de trabalho pelo capital agroindustrial das usinas de álcool e açúcar. A partir dos municípios centralizadores aqueles com maior população rural residente são também os de maior ocorrência

de trabalhadores migrantes: Bom Sucesso; Cachoeiras dos Índios; Cajazeirinhas; São José de Caiana; São José de Piranhas; Juru; Princesa Isabel e Tavares como observado no mapa geral de migrações abaixo.

Mapa de migrações no sertão da Paraíba



Fonte: <http://geoserver.aesa.pb.gov.br/>
 Autora: Danielly C. S. C. Holmes

Descritivo e preocupados com destinos e origens os autores estruturalistas ao revelar aspectos negativos e positivos propulsores da migração destaca dentre eles: a impossibilidade de acesso à terra, a dificuldade de cumprir o ciclo camponês, a pobreza, a falta de autonomia, a insegurança, a humilhação, o “não ser nada” e o “não ser ninguém”. O horizonte estruturalista para explicar os fluxos migratórios reforça a tese da centralidade da urbanização e naturaliza o ajuste dos migrantes à vida urbana sem levar em conta experiências individuais de resistência, revoltas de massa, lutas e conflitos de classe no processo de integração e ajustes. Acrescenta como fator propulsor da migração miséria, falta de conforto, trabalho duro, incerteza da produção e impossibilidade de melhoria como resposta mais comum conforme Oliven (1987) Amado (1993).

Em outro espaço tempo reforçando os limites da urbanização para explicar a transformação da vida do caipira paulista na primeira metade do século XX, Estado de São Paulo, Candido chama atenção às mudanças na dinâmica das formações sociais impostas pela crise que:

Em toda conjuntura de crise podem-se observar duas categorias principais de fatos: os de persistência e os de alteração. [...] A situação de crise define-se, do seu lado, por tensões ainda não resolvidas, ou resolvidas parcialmente, entre os fatores de persistência e os de alteração, podendo originar reorganização ou desorganização mais ou menos profundas da estrutura (CANDIDO, 2017, p. 186).

O desenvolvimento áureo e expansão das economias centrais capitalistas no período pós guerra, anos de 1940, não foram capazes na escala da economia mundo de impedir novos ciclos de crise como a do petróleo de 1970, e demonstra intensamente os limites insolúveis de suas contradições impondo, a partir da incapacidade do regime de acumulação ampliada e suas crises, novos patamares de exploração e subordinação do trabalho ao Capital. Dessa forma o regime flexível de caráter fordista-toyotista articula a dupla mais valia ao intensificar a produtividade na substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto e exigir, pelo aumento das jornadas de trabalho, maior especialização e capacitação humana contínua, ou seja, amplia-se a divisão técnica e social do trabalho.

A partir dos anos 1990 com o predomínio e expansão do capital financeiro a crise estrutural, caracterizada pela superprodução de mercadorias e incapacidade de realizar os mesmos níveis e taxas de lucro, portanto de solucionar parte de suas contradições, o sistema metabólico do capital sinaliza a insustentabilidade em seus regimes de dominação e regulação social. O momento histórico atual exige das forças do capital na relação com o trabalho além do avanço das formas precárias e temporárias de trabalho, a constituição de sistema regulador e controlador social do conjunto de revoltas, tensões e conflitos entre classes sociais, produtos do movimento contraditório do ordenamento do capital. Dentre os vários espaços as crises sociais adquirem nas dimensões do trabalho e da educação, o centro de disputas e conflitos entre diferentes projetos.

Assim a crise do atual sistema de regulação na escala mundial atinge intensamente as condições sociais de reprodução das forças de trabalho e amplia fluxos migratórios do campo

para as cidades, intra e interregionais, além de mudar as relações de trabalho e de produção o que reforça a tese das consequências negativas para os trabalhadores, produto da reestruturação produtiva e do mundo do trabalho (Harvey, 2009). Na ordem flexível e fetichizada o trabalho é precarizado, intermitente, desregulamentado e o Estado deixa de ser mero coadjuvante na mediação das relações capital e trabalho, em especial em países periféricos, e assume especialmente em domínios como a educação formal funções de controle e gestão.

Noutra escala países dependentes e periféricos como o Brasil tiveram sua inserção na divisão internacional do trabalho via processos de integração à ordem capitalista mundial, função subordinada no espaço mundial. Mesorregiões periféricas como o Sertão da Paraíba reproduz no quadro histórico de contradições a manutenção de especificidades como os fenômenos da migração e do desemprego estruturais, reservatório contínuo de força de trabalho para o capital. Neste contexto a crise de dominação e regulação sociais rearticula maior subordinação e dominação à superexploração das forças de trabalho rearranjando em novas bases ideológicas o complexo de fetiches de tal maneira que reproduza a ordem social vigente (Carcanholo, 2011).

Naqueles espaços, Nordeste do Brasil, projetos e programas desenvolvidos pelo Estado como o Programa Nacional do Alcool - Proálcool, política pública que fortaleceu a concentração e centralizou o capital agroindustrial em torno da principal região industrializada do Brasil, a cidade de São Paulo, reforçou a expansão do capital, ampliou a expulsão de centenas de camponeses e trabalhadores rurais de suas terras, alavancou o monopólio e as grandes extensões de terra para criação de gado, intensificou a já superexplorada força de trabalho e seu aparato tecnológico passando a exigir de frações dos trabalhadores qualificação e treinamento desde que passivo e dócil. Como lembra-nos os autores,

Essa reestruturação do setor sucroalcooleiro no interior paulista favoreceu um redirecionamento das correntes migratórias do Estado da Paraíba. Dessa forma, além da clássica migração para regiões metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília e das migrações sazonais do agreste e do brejo Paraibano para as usinas da Zona da Mata na Paraíba e no Estado de Pernambuco, *as migrações sazonais do Sertão Paraibano para a região canavieira de São Paulo começaram a ter visibilidade e a ganhar importância desde meados da década de 1990ⁱⁱⁱ*. (MENEZES; SATURNINO, 2007, p. 237).

Assim o processo espacial contínuo de mobilizar as forças de trabalho é simultâneo ao movimento que retira a máxima produtividade sobre jovens com baixa escolaridade, enquanto no espaço agrário os trabalhadores migrantes reproduzem a extração da renda da terra com a acumulação primitiva participando intensamente da composição orgânica do capital. É preciso estar atento ao duplo movimento que o capital realiza no campo e nas cidades ao explorar força de trabalho e manter níveis de acumulação e lucro, assim como na circulação das mercadorias sob controle do capital, lugar de realização do circuito capitalista.

No entanto ao avanço no campo e nas cidades do movimento contraditório do capital frente à tendência de queda nas taxas de lucro, formação de monopólios, desemprego e crise estrutural do sistema de dominação o regime de acumulação flexível do capital responde com aumento de produtividade do trabalho ao alterar a organização do trabalho e as bases tecnológicas expandindo a intensificação da exploração da força de trabalho o que explica, contraditoriamente, a expansão da dinâmica e mobilidade migratória além do avanço de formas e relações sociais fetichizadas pelo ideário neoliberal, especialmente sobre processos formais e não formais de educação. Assim o fetiche espacial reproduz nos sujeitos que vivem da venda da força de trabalho a humanização coisificada por relações sociais alienadas e a reificação das mercadorias, do dinheiro e da vida em sociedade.

Para entender as relações sociais nos espaços e a natureza da reprodução social do fetiche no cotidiano dos trabalhadores, mediado pelo desenvolvimento das mercadorias, do valor e dinheiro é preciso entender para além das formas, os conteúdos e a natureza das atuais condições sociais do trabalho. A crise de regulação e controle social atinge complexos sociais distintos e nos domínios da educação e do trabalho as forças do capital realiza inversões e ilusões que naturaliza a realidade social.

Soma-se à naturalização de contradições históricas essenciais como a propriedade privada da terra e dos meios de produção, a divisão do trabalho e a produção social de mercadorias o fato do usufruto dos produtos do trabalho humano ser privado. O domínio contraditório segue fenômenos como a inversão de valores de uso pelo predomínio dos valores de troca, do trabalho vivo pelo trabalho morto e das formas de capital fictício sobre os capitais comercial, industrial e agrário, mas que na atual conjuntura de crise estrutural reveste-se de poderes naturais e

sobrenaturais. Como observa o autor, o efeito e a função das carrancas junto aos pescadores do Rio São Francisco, um efeito-fetichê:

Mas a ela, o ser humano atribui poderes naturais (o de afugentar animais agressivos) e sobrenaturais (o de afugentar maus espíritos). O objeto material desprovido de qualquer força ou poder, transforma-se em objeto mágico, todo poderoso, capaz de afastar os males que possa ocorrer aos homens. O fetichê é um objeto que obteve, de alguma maneira, poderes naturais ou humanos e até sobrenaturais e sobre humanos. É um objeto mágico. [...] O nosso fetichê é ainda mais fantástico, pois é algo sem matéria: é um fantasma. Produto da nossa forma social, mercantil e capitalista, feito, portanto por mãos humanas (ou melhor, construído pela mente, ou, melhor ainda, pela prática social), submetemo-nos ao nosso fetichê-fantasma. Todas as atividades humanas, a própria vida humana, estão submetidas à ditadura de um fantasma. Somos, todos, seus escravos, e o mais extraordinário de tudo é que, apesar disso, acreditamos que, com o funcionamento do mercado capitalista, nos está garantida a liberdade. Sentimo-nos livres. E parece, que o somos, mais do que em qualquer sociedade anterior (CARCANHOLO, 2011, p. 88).

Algumas indagações antes de seguir são consequentes tais como: quais os rebatimentos das formas precarizadas, temporárias e intermitentes de trabalho reproduzem na formação e consciência dos trabalhadores desempregados e migrantes? Como o fetichê nos domínios do trabalho e educação alienados naturaliza os conteúdos contraditórios do movimento do capital e das forças de trabalho no espaço das escolas no ensino de jovens e adultos trabalhadores?

Passemos a um segundo conjunto de indagações de ordem multiescalar preocupado com a totalidade das relações trabalho e educação, do acesso, apropriação e desenvolvimento do conhecimento científico articulado as habilidades, ou seja, pensando as mais variadas formas de educação e processos formativos. Como pensar uma geografia crítica histórica e apoiada nos princípios do materialismo histórico e dialético da educação do trabalhador em relação contraditória com o mundo do trabalho que dê conta dos interesses antagônicos, das revoltas e resistências, das lutas de classe, por exemplo, na Educação de Jovens e Adultos – EJA de trabalhadores desempregados e migrantes? E como metodologicamente ser consequente socialmente numa realidade profundamente desigual, contraditória e por natureza periférica diante do fetichê das formas subjetivas reificadas de educação e trabalho alienado mercadorias dispostas no mercado de trabalho? É possível a constituição de processos de humanização numa conjuntura de predomínio da coisificação humana e barbárie social, ordenadas pelo Capital?

O quadro de crise estrutural, regressão e perda de conquistas das forças do trabalho nessa primeira quadratura histórica do século XXI não está a exigir radicalidade crítica não somente na revisão de importantes experiências coletivas históricas e culturais e posições de pertencimento de classe social? O desafio de reorganizar o proletariado e mais amplamente os trabalhadores na escala regional e mundial, por exemplo na América Latina, não perpassa pela incapacidade e autocrítica do movimento comunista e seu descolamento do movimento dos trabalhadores e nessa reflexão repensar centralidades como a política; o trabalho Iasi (1999, 2012, 2013)? A dependência ontológica da educação ao trabalho e a autonomia relativa Tonet (2005, 2009, 2014) dos processos de formação humana frente à economia política na (re) produção de novas e radicais consciências revolucionárias em si e para si perpassa pela capacidade de análise crítica na produção do conhecimento, que reflita o movimento dialético do trabalho com os processos formativos e a captura pela análise dos momentos de catarse, espírito de cisão e bom senso conforme Gramsci (1999, 2000)?

3. EDUCAÇÃO E MOBILIDADE DA FORÇA DE TRABALHO EM CRISE – QUAL O ESPAÇO DO FETICHE?

Se estivermos corretos a crise estrutural, que no plano da subjetividade, evidencia ausência de regulação e controle pelo capital da ordem social, o domínio da educação passa a ser prioridade com ações e práticas de agências internacionais e bilaterais de financiamento como Fundo Monetário Internacional – FMI; Banco Mundial – BM; Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID; e nos estados Projeto de combate à seca e miséria como o Cooperar; ações pontuais de financiamento de Organizações Não Governamentais- ONGs, pela Agencia de Organização das Nações Unidas para a Educação – UNESCO, assumindo a dianteira dos processos de financiamento e organização das políticas de educação. Estas instituições realizam ações e projetos com a finalidade de reformar as políticas sociais dentre elas as de educação trazendo para o campo do mercado neoliberal setores inteiros especialmente em países periféricos e dependentes como o Brasil. Na América latina contraditoriamente ao avanço e desenvolvimento das forças do capital sobre os Estados avançou as formas neoliberais de gestão e organização aprofundando contradições. Esse momento histórico,

[...] instaurou, sem dúvida, um novo modelo de organização e gestão da educação pública, tanto do sistema quanto de suas instituições. Talvez esta seja sua maior conquista. Isso nos apresenta, no limiar do século XXI, um cenário educativo que, sob o fetiche da modernidade e da democratização, vivifica os fundamentos neoliberais que estão experimentando nossas sociedades (KRAWCZYK, 2000, p. 4).

Segundo a autora esse modelo expressou no espaço nacional e internacional o poder daquelas agências dentre outros definidores das políticas educacionais. Somadas ao conjunto de reformas neoliberais no domínio da economia política que flexibilizaram o sistema de regulação estatal e financeirizaram a vida e o trabalho, as últimas reformas na educação (Ensino Médio; BNCC) e no trabalho (BRASIL, 2016) fora respostas do capital à crise estrutural e do sistema de regulação/ dominação social em vigor.

A história recente nos mostra que em momentos como esse as classes dominantes recorrem a sistemas regulatórios reprodutores do conjunto de valores e ideias capazes de, na inversão da realidade, criar ilusões sociais, forjar a conciliação e apassar possíveis riscos e conflitos sociais. Essas estratégias têm como base material o aprofundamento da crise metabólica da ordem social do capital. Degrada-se a natureza e precariza-se as condições de vida e trabalho com o fetiche naturalizando a divisão do trabalho e do conhecimento. Apassar, conciliar e tornar dócil as classes trabalhadoras são as palavras mantenedoras do ordenamento social.

A educação dividida burguesa fragmenta trabalhadores e os coloca em concorrência no mercado de trabalho ao disseminar conceitos como: produtividade; empregabilidade; eficiência e eficácia; e no domínio da educação valores tais como: meritocracia e competências; educação continuada de jovens e adultos; ascensão, mobilidade social pelo acesso ao conhecimento científico superior; empreendedorismo e qualificação contínua como passaportes para o mercado de trabalho. Isso para não falar da privatização da gestão e dos sistemas e redes públicas de ensino com os aparelhos privados de hegemonia, o ensino à distância na formação de professores e de adultos trabalhadores e a crescente expansão de capitais internacionais nas redes privadas de ensino superior.

Quando indagamos em outro espaço e tempo em nossa pesquisa de mestrado se o fenômeno da migração era negativo na organização dos trabalhadores rurais, a resposta foi unânime em afirmar positivamente. Por outro lado a natureza do mecanismo de controle social, o fetiche reproduzido nos territórios de migração, revela na mobilidade socioespacial de frações da força de trabalho o conteúdo que adquire o espaço mercadoria na reprodução social. Ao trabalhador proletarizado superexplorado contraditoriamente temporário do corte de cana de açúcar nas grandes usinas produtoras de álcool e açúcar articula-se o trabalho camponês durante o inverno e as múltiplas formas de trabalho informal, tipicamente subemprego, no comércio de tecidos e no setor da construção civil, como relatado em entrevista:

Os mais comuns são pedreiros, carpinteiros e diversas outras coisas como também a questão de trabalhar de camelo, trabalhar por conta própria. Também no corte de cana ocorre. Para ser verdade ela desestabiliza um pouco porque a pessoa nem fica lá e nem fica cá e fica essa “fagancia^{iv}”. Não contribui assim de certa maneira muito positiva. Era para ser na realidade a fixação dessas pessoas ou desses associados e dessas famílias aqui na própria comunidade para que ela não precisasse sair lá para fora (Presidente da Associação de Trabalhadores de Pitombeira- João Alexandre, Distrito de Pitombeira, 2012).

Se estivermos corretos essa declaração da liderança sintetiza a condição regulada de reprodução da vida e do trabalho nos territórios de migração. Nesse sentido a migração anual para o corte de cana de açúcar no Estado de São Paulo e o comércio de roupas e tecidos nos estados do Maranhão e Pará ao tempo em que fragmenta socialmente os espaços de organização dos trabalhadores expressa a crise social que vive o trabalho assalariado e os processos de formação inclusive nas escolas. Repor a dimensão do conflito de classes na organização e no ordenamento territorial dos trabalhadores, ou seja, dos territórios de migração permite a compreensão dos diferentes projetos e interesses em disputa entre o trabalho e o capital.

Apesar dos riscos em tempos de fragmentação, “salada” pós-moderna^v e de perda de princípios e referenciais universais é o processo formativo do trabalho livre e associado e as possibilidades de atividades emancipadoras que está em nosso horizonte Tonet (2014). Historicamente os processos sociais de apassivamento e conciliação de classes pela educação não foram homogêneos e os pressupostos da educação socialista fundado nas lutas coletivas dos trabalhadores em movimento, tais como o ensino gratuito, obrigatório, de qualidade e o acesso

universal ao conhecimento em relação às habilidades foi uma bandeira de disputa que teve como fim delimitar o trabalho de crianças, adolescentes e mulheres com a preocupação de introduzir uma nova prática pedagógica e de ensino que unisse trabalho manual ao intelectual. Marx e Engels (2004).

Os autores estavam conscientes também da incapacidade burguesa em resolver os problemas colocados e da exclusiva capacidade do proletariado para levá-los a bom termo. Nesse sentido a dupla orientação de classe apresenta-se nos processos formativos e escolares,

[...], quanto menor for o tempo de formação profissional exigido por um trabalho, menor será o custo de produção do operário e mais baixo será o preço de seu trabalho, de seu salário. [...] Eis a razão por que o preço de seu trabalho será determinado pelo preço dos meios de subsistência necessários. (MARX, K. Trabalho Assalariado e Capital, II; *In*: Marx e Engels, 2004, p. 89).

Se o trabalho categoria desenvolvida e a educação dimensão considerada nos estudos realizados por Karl Marx e F. Engels no desenvolvimento da teoria social, pergunto: o que explica o predomínio da centralidade da política e do Estado na produção do conhecimento científico no campo da educação descolado da base material da vida e do trabalho? Essa indagação não pretende secundarizar a dimensão política seus conceitos e noções, mas de ponderar as razões e problematizar os limites da centralidade histórica e cultural.

Na geografia acadêmica e escolar o objeto espaço sofreu determinações de múltiplas ordens e passou a ser explicado pela política, mais intensamente pelo debate do poder e do Estado. Henri Lefebvre na “A Cidade e o Urbano; O Espaço; a Produção do Espaço; e A Economia Política do Espaço” assim como a “Burguesia e Classe Operária no Espaço” constrói o conhecimento a partir da centralidade da política e a análise coloca o poder como conceito constitutivo da economia política do espaço urbano:

Pode-se dizer então que a realidade urbana desapareceu? Não, ao contrário. Ela se generaliza. De um lado, *instituíram-se centros de decisão dotados de poderes* ainda desconhecidos, pois eles concentram a riqueza, a potência repressiva, a informação. 4. A questão da centralidade não é das mais fáceis. Ela concentra as *riquezas, o poder, os meios de poder, a informação, o conhecimento, a “cultura” etc. Numa palavra: tudo.* [...] O sentido dos espaços produzidos – a extensão do capitalismo ao espaço inteiro – é ao mesmo tempo evidente e

confuso. Daí o “supersignificante”. O valor de uso acaba por ser representado em termos hierarquizados: *vantagens, capacidade de poder e de relação com o poder, meios e lugares mais ou menos prestigiosos*. Essa economia política do espaço ainda se discerne mal (conceitos críticos aí incluídos) da “economia urbana”. A economia política do espaço parece (para se exprimir com as preocupações usuais) destinada a se desenvolver. Ela permitirá intervir? Fornecerá conceitos operatórios? Seguramente. O que repõe a questão já presente e urgente: para quem e porquê? *Noutras palavras, trata-se da questão de poder* (LEFEBVRE 2008, pgs. 84 a 132).

Passado mais de meio século de produção do conhecimento pelo autor mudanças estruturais reorganizaram o regime de acumulação, hoje flexível e de domínio mundial do capital financeiro sobre as outras formas de capital e de trabalho. Noutra tempo e espaço e se estamos corretos a centralidade da política ao adquirir autonomia da base material de existência para pensar os múltiplos e variados complexos sociais inclusive as determinações e as novas mediações necessárias para compreender, conhecer e relacionar os complexos do trabalho e da educação coloca-nos limites, inclusive do ponto de vista de apreensão da totalidade, o território da dialética. Tomar o Estado, seus representantes e instituições as disputas e diferentes projetos como se a humanização e os processos de emancipação humana fossem contidos e expressões da contradições em seu interior é inconsequente. Para nós historicamente os complexos sociais em vigor são produtos de múltiplas e simultâneas determinações como recorda Lukács (2015), inclusive a complexa dimensão social.

Se estivermos corretos é preciso repensar mediações capazes de articular objetivamente a subjetividade humana, pensar a essência do movimento aparente dos fenômenos. O domínio da política e da teoria da representação nos termos da democracia, participação ativa, cidadania, conformação de identidade e poder, embora importantes assume o horizonte curto no quadro mais amplo de reformas do Estado moderno capitalista e coloca no interior do movimento social do trabalho limites históricos e espaciais. Não se trata de desconsiderar ou mesmo negar a importância do momento político, mas de não cair na hegemonia do politicismo ou no pragmatismo do poder e do Estado.

Como repensar centralidades e o lugar da política sem pensar o horizonte da emancipação social frente à barbárie instalada? O vir a ser de conteúdos emancipatórios continuará esvaziado de sentidos e materialidade, como recorda os autores (CLAUDIN, 2013) e (NETTO, 2004). Por

outro lado, o capitalismo na escala mundial condiciona parte de suas contradições ao materializar a reestruturação da produção e responde às novas exigências subjetivas ao estabelecer a ordem metabólica do capital sob os ditames do fetichismo nos valores e ideias neoliberais. Não resolve e aprofunda sua crise ao naturalizar o desemprego estrutural, trabalho precarizado, degradação das relações sociais e com a natureza entrecortada que está por formas de sociabilidade fetichizadas.

O culto à sociedade democrática associada à desmercantilização social, ou seja, frações do proletariado são expulsas do mercado formal de trabalho jogados na condição de informais e temporários, previsão regulamentada na intermitência do trabalho pós reforma, e o fim das ideologias e do trabalho (Antunes, 2009, p. 17) são os cimentos para o avanço do trabalho alienado. Estes e outros dilemas serão tratados em outro momento diante do espaço exíguo do ensaio e do momento inicial de nossa pesquisa de doutoramento.

POR QUE NÃO CONCLUIR?

Em razão da evolução do desenvolvimento não ocorrer de forma homogênea e promover grande diferenciação social e econômica entre os trabalhadores do campo a mobilidade socioespacial, natureza contraditória do capitalismo, é funcional e responde à diferenciação socioespacial.

Os sentidos concretos das mudanças revelam maior precarização das condições de vida e de trabalho entre os trabalhadores migrantes e aqueles que na mobilidade socioespacial reproduzem-se. A possibilidade de fracasso na organização coletiva dos trabalhadores no campo de Santana dos Garrotes é concreta e deve-se ao exercício da dominação do capital sobre o trabalho, medido na acumulação regulada por tendência de taxas de lucro menores na agricultura, e por outro lado, pelas conquistas que a luta de classe produz. Se na composição orgânica do capital participam capital variável e fixo, trabalho vivo e trabalho morto, quanto maior for o número de trabalhadores expropriados, fragmentados, desterritorializados e sem meios de produção menores serão os salários e o custo de produção para o capital desembolsar.

BIBLIOGRAFIA

AMADO, Janaina. Eu quero ser uma pessoa: revolta camponesa e política no Brasil. **Resgate**, Campinas, nº 5, p. 47-69, 1993.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2009.

CANDIDO, Antonio. **Os parceiros de Rio Bonito**. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul; São Paulo: Edusp, 2017.

CARCANHOLO, Reinaldo. **Sobre o Fetichismo**. In: CARCANHOLO, Reinaldo (Org.). Capital: essência e aparência. Volumes 1 e 2. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

_____. **A Crise do Capitalismo Dependente Brasileiro**. In: Dimensões da Crise Brasileira: Dependência, Trabalho e Fundo Público. Macário, Eptácio (Org.) {et al.} – 1ª ed. – Fortaleza: EdUECE; Bauru: Canal 6, 2018.

CLAUDIN, Fernando. **A crise do movimento comunista**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. V. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

_____. **Cadernos do cárcere**. V. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

GREGORY, Derek. **Teoria Social e Geografia Humana**. In: GREGORY, Derek; MARTIN, Ron; SMITH, Graham (Orgs.). Geografia Humana: sociedade, espaço e ciência social. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1996.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

IASI, Mauro Luis. **Processo de consciência**. São Paulo: CPV, 1999.

_____. **As metamorfoses da consciência de classe (o PT entre a negação e o consentimento)**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

_____. Educação e consciência de classe: desafios estratégicos. **PERSPECTIVA**, Florianópolis, v.31, n.1, 67-83, jan./abril. 2013.

KRAWCZYK, Nora. **Introdução. A Construção social das políticas educacionais no Brasil e na América Latina**. In: KRAWCZYK, Nora; CAMPOS, Maria Malta; HADDAD, Sergio. O Cenário educacional latinoamericano no limiar do século XXI: reformas em debate. Campinas, SP: Autores Associados, 2000.

LEFEBVRE, Henri. **O Marxismo**. Buenos Aires: Editorial Universitária de Buenos Aires-EUDEBA, 1961.

_____. **Lógica Formal Lógica Dialética**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1979.

LEFEBVRE, Henri. **Espaço e Política**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

LUKACS, Gyorgy. **Para uma ontologia do ser social vols. 1 e 2.** São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. **Prolegômenos para uma ontologia do ser social: questões de princípios para uma ontologia hoje tornada possível.** São Paulo: Boitempo, 2010.

LUKACS, Georg. **A alma e as formas.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

MATTOS, Marcelo Badaró. Trajetórias entre fronteiras: o fim da escravidão e o fazer-se da classe trabalhadora no Rio de Janeiro. **Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 1, nº 1, p. 51-64, mar.2009.

_____. **A classe trabalhadora: de Marx ao nosso tempo.** São Paulo: Boitempo, 2019.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos.** São Paulo: Boitempo, 2006.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Textos sobre educação e ensino.** São Paulo: Centauro, 2004.

MENEZES, Marilda Aparecida de; SATURNINO, Marcelo. **As migrações sazonais do sertão paraibano para as usinas canavieiras de São Paulo.** In: NOVAES, José Roberto; ALVES, Francisco (Orgs.) **Migrantes: trabalho e trabalhadores no complexo agroindustrial canavieiro (Os heróis do agronegócio brasileiro).** São Carlos: EdUFScar, 2007.

MENEZES, Marilda Aparecida; GODOI, Emília Pietrafesa de (Orgs.) **Introdução.** In: MENEZES, Marilda Aparecida de; GODOI, Emília Pietrafesa de (Orgs.). **Mobilidades, redes sociais e trabalho.** São Paulo: Annablume; Brasília: CNPq. 2011.

MENEZES, Marilda Aparecida; COVER, Maciel. Greves, paradeiros e ações judiciais: as formas de resistência dos trabalhadores migrantes em usinas de cana de açúcar. In: 37º Encontro Anual da ANPOCS, 2013, Águas de Lindóia/SP. **Anais do 37º Encontro da ANPOCS, 2013.** ISSN: 2177-3092.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital.** São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. **Para Além do Capital. Rumo a uma Teoria da Transição.** São Paulo: Boitempo, 2006.

OLIVEN, Ruben George. **Pesquisas Antropológicas no Contexto Urbano. Migração e Trabalho.** In: OLIVEN, Ruben George. **A Antropologia de Grupos Urbano.** Petrópolis/RJ: Vozes, 1987.

SINGER, Paul. **Economia política da urbanização.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1975.

_____. **Migrações Internas. Considerações teóricas sobre o seu estudo.** In: **Economia Política da urbanização.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1975.

TONET, Ivo. **Educação, cidadania e emancipação humana**. Ijuí: Unijuí, 2005.

_____. **Descaminhos da esquerda: da centralidade do trabalho à centralidade da política**. São Paulo: Alfa Omega, 2009.

_____. **Método científico – uma abordagem ontológica**. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

_____. **Atividades Educativas Emancipadoras**. In: Revista Praxis Educativa, Ponta Grossa/PR, v. 9, nº1, p. 9-23, jan./jun., 2014. Disponível em: <http://WWW.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa>

Enviado em 17/09/2019

Aceito em 18/11/2019

ⁱ Por relação social do capital uma relação entre diferentes sujeitos sociais histórica e espacialmente determinados, ou seja, a gênese e desenvolvimento do modo de produção capitalista e a crise do feudalismo constitui-se predominantemente enquanto relação contraditória, relações sociais entre o Capital, detentor dos meios de produção, capitalistas e os trabalhadores possuidores e vendedores de força de trabalho.

ⁱⁱ Grifo nosso.

ⁱⁱⁱ Grifo nosso para destacar o papel central que joga o espaço agrário do Sertão como celeiro de trabalhadores do campo especialmente migrantes, força de trabalho constante a alimentar diferentes regimes de acumulação do capital. Do importante papel que joga o fornecimento de mão de obra e força de trabalho do campo para as cidades ver partes sexta e sétima do volume VI do livro O Capital de Karl Marx (1991). Aqui o autor envereda pelo debate importante da natureza das rendas, suas origens e desenvolvimento e de como a acumulação primitiva se apresenta na gênese e desenvolvimento do capitalismo moderno.

^{iv} Fagancia é termo usado pelos trabalhadores indicador de esvaziamento das lutas.

^v Marcelo Badaró Mattos em “As bases teóricas do revisionismo: o culturalismo e a historiografia brasileira contemporânea” é esclarecedor e consegue manter a tradição da crítica ativa não só no domínio da história mas para as ciências sociais.